

## Pares Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 43.761.758/0001-55

**Demonstrações financeiras individuais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**Relatório da Administração: Senhores Acionistas:** Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição, para quaisquer esclarecimentos adicionais. São Paulo, 24 de abril de 2026

Balancão patrimonial		Nota	2025	2024	Balancão patrimonial		Nota	2025	2024
<b>Ativo/Circulante</b>			<b>272.166</b>	<b>199.524</b>	<b>Passivo/Circulante</b>			<b>441.565</b>	<b>183.390</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.783	10.284		Fornecedores de serviços		164	1	
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber	5	233.920	170.609		Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	10	426.451	170.491	
Impostos a compensar	6	24.463	18.631		Impostos e contribuições a recolher		14.525	12.476	
<b>Não circulante</b>			<b>3.443.558</b>	<b>3.062.532</b>	Outras obrigações		425	422	
Depósitos judiciais	7	1.958	1.787		<b>Não circulante</b>		<b>210.995</b>	<b>210.995</b>	
Investimentos		3.441.557	3.060.690		Contratos de mútuos	11	207.933	207.933	
Participações societárias	8	3.441.538	3.060.671		Obrigações fiscais	12	3.062	3.062	
Outros investimentos		19	19		<b>Patrimônio líquido</b>	14	<b>3.063.164</b>	<b>2.867.671</b>	
Imobilizado	9	43	55		Capital social		2.751.751	1.218.751	
Custo de aquisição		530	530		Ajuste de avaliação patrimonial		(187)	(276)	
Depreciações acumuladas		(487)	(475)		Reservas de lucros		311.600	1.649.196	
<b>Total do ativo</b>			<b>3.715.724</b>	<b>3.262.056</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>3.715.724</b>	<b>3.262.056</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Ajuste de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Lucros acumulados		Total	
	Capital social	Ajuste de variação cambial controladas	Ajuste de TVM controladas	Reserva legal	Reserva estatutária	acumulados			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.218.751</b>	<b>23</b>	<b>(142)</b>	<b>180.210</b>	<b>1.129.138</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.527.980</b>	<b>—</b>
Ajuste de avaliação patrimonial - controladas	—	12	—	—	—	—	—	12	—
Ajuste de títulos e valores mobiliários - controladas	—	—	(169)	—	—	—	—	(169)	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	538.721	538.721	—
Destinação do lucro do exercício:									
Constituição de reservas	—	—	—	26.936	312.912	(339.848)	—	—	—
Distribuição de dividendos - ARD de 30/12/2024	—	—	—	—	—	(9.663)	(9.663)	—	—
Juros sobre capital próprio (R\$ 2,7324 por ação)	—	—	—	—	—	(189.210)	(189.210)	—	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.218.751</b>	<b>35</b>	<b>(311)</b>	<b>207.146</b>	<b>1.442.050</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.867.671</b>	<b>—</b>
Aumento de capital AGE de 18/12/2025	1.442.049	—	—	—	(1.442.049)	—	—	—	—
Ajuste de avaliação patrimonial - controladas	—	13	—	—	—	—	—	13	—
Ajuste de títulos e valores mobiliários - controladas	—	—	76	—	—	—	—	76	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	716.456	716.456	—
Destinação do lucro do exercício:									
Aumento de capital AGE de 18/12/2025	90.951	—	—	—	—	(90.951)	—	—	—
Constituição de reservas	—	—	—	35.823	68.630	(104.453)	—	—	—
Distribuição de dividendos (R\$ 3,8981 por ação)	—	—	—	—	—	(269.933)	(269.933)	—	—
Juros sobre capital próprio (R\$ 3,6264 por ação)	—	—	—	—	—	(251.119)	(251.119)	—	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.751.751</b>	<b>48</b>	<b>(235)</b>	<b>242.969</b>	<b>68.631</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3.063.164</b>	<b>—</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**1. Contexto operacional:** A Pares Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações com sede em São Paulo/SP - Brasil, que tem por objeto a participação como acionista ou quotista, no capital de outras empresas em geral e a promoção ou participação em empreendimentos e operações industriais, comerciais, mercantis e imobiliárias. O prazo de duração da Companhia é indeterminado e, por deliberação da Diretoria, poderão ser instalados, transferidos ou extintos escritórios, filiais, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Os resultados reais das transações assim registradas podem ser diferentes dos estimados. A moeda funcional adotada pela Companhia é o real. As demonstrações financeiras da Companhia são de responsabilidade da administração e sua autorização para a conclusão e divulgação ocorreu em 24 de abril de 2026.

**2.2 Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

**3. Políticas contábeis materiais:**

(a) **Reconhecimento de ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a entidade tem a obrigação de agir ou se desempenhar de certa maneira.

(b) **Classificação em circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(c) **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a entidade se torna parte das disposições contratuais dos mesmos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transações que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

(d) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta corrente e aplicações financeiras com liquidez imediata, resgatáveis em até noventa dias a partir das datas dos balanços, e com risco insignificante de alteração em seu valor de mercado. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício social, refletindo seu valor de realização.

(e) **Juros sobre o capital próprio a receber e pagar:** Referem-se à remuneração do capital aos acionistas, conforme legislação vigente. Os valores a receber e a pagar estão registrados pelo custo original, com realização/liquidação no curto prazo. Sobre os valores pagos ou creditados incide imposto de renda retido na fonte, conforme legislação aplicável.

(f) **Investimentos em controladas:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com os resultados reconhecidos no resultado do exercício. Ajustes nos investimentos, quando aplicáveis, são registrados conforme os direitos financeiros relacionados às ações. Para investimentos no exterior com moeda funcional diferente da Companhia, as variações cambiais são registradas no patrimônio líquido, em "Ajuste de avaliação patrimonial", sendo reconhecidas no resultado apenas na alienação ou baixa do investimento.

(g) **Redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Companhia realiza, no mínimo anualmente, a avaliação do valor recuperável de seus ativos não financeiros, conforme o CPC 01 (R1). A perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo registrada no resultado do período. Com base nas análises realizadas, a Administração não identificou a necessidade de constituição de perdas relevantes, exceto pelas provisões já registradas.

(h) **Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas, conforme abaixo: • Veículos - 5 anos, • Máquinas e equipamentos - 10 anos, • Móveis e utensílios - 10 anos, • Computadores e periféricos - 5 anos, • Sistemas de segurança - 10 anos, • Equipamentos de comunicação - 10 anos, • Benefitorias em imóveis de terceiros - 10 anos. Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação são revisados periodicamente e ajustados, quando necessário, caso haja indicação de mudanças relevantes em relação às estimativas anteriores.

(i) **Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Estão demonstrados pelos seus valores de realização e de exigibilidade, respectivamente.

(j) **Compensação (apresentação líquida) de ativos e passivos:** Os ativos e passivos são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial somente quando há direito legal de compensação e a intenção de liquidá-los em base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(k) **Despesas e receitas:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, no período em que ocorrem, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

(l) **Imposto de renda:** É calculado à alíquota base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A contribuição social sobre o lucro tributável é calculada à alíquota de 9%.

4. Caixa e equivalentes de caixa:		2025	2024
Aplicações financeiras (1)		13.783	10.284
<b>Total</b>		<b>13.783</b>	<b>10.284</b>
(1) Em 2025 e 2024, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e a fundos de investimento, ambos remunerados com base na variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez imediata.			
<b>5. Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber:</b> Refere-se ao montante líquido de juros sobre o capital próprio e dividendos a receber de companhias investidas, conforme deliberações societárias.			
<b>6. Impostos a compensar:</b> Refere-se principalmente a créditos de imposto de renda decorrentes de retenções na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio e, também, saldos negativos de IRPJ/CSLL.			
<b>7. Depósitos judiciais:</b> Os depósitos judiciais representam valores de IRPF sobre juros sobre o capital próprio recolhidos pela Companhia em juízo, com o objetivo de garantir o cumprimento de eventuais obrigações decorrentes de processos judiciais e administrativos. Esses valores estão registrados no ativo não circulante, tendo em vista que sua realização depende do desfecho das respectivas demandas. A Companhia acompanha periodicamente o andamento dos processos relacionados a esses depósitos. No período, houve decisão desfavorável em primeira instância, tendo sido interposto recurso, atualmente em trâmite perante o Tribunal competente. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia entende que ainda existem fundamentos relevantes para a reversão da decisão, motivo pelo qual, em 31 de dezembro de 2025, não foi constituída provisão para passivos contingentes, mantendo-se o tratamento contábil vigente.			
<b>Rafael Damasceno Generoso</b>	<b>Claudio Marcio Romagnolo</b>	<b>Ricardo Matsubara</b>	
Procurador	Procurador	Contador - CRC 1SP 183.216/O-0	

continua →

Demonstração do resultado		Nota	2025	2024
<b>Operações continuadas:</b>				
<b>Receitas operacionais</b>			<b>741.861</b>	<b>533.171</b>
Equivalência patrimonial	8	741.840	533.156	
Receita de aluguel		21	15	
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			<b>(28.297)</b>	<b>(27.092)</b>
Serviços de terceiros		(1.993)	(5.320)	
Despesas com pessoal		(87)	(946)	
Despesas com tributos		(25.570)	(20.370)	
Despesas com localização e funcionamento		(648)	(507)	
Outras receitas operacionais, líquidas		1	51	
<b>Resultado financeiro líquido</b>			<b>2.892</b>	<b>37.862</b>
Receitas financeiras	15	2.905	39.157	
Despesas financeiras		(13)	(1.295)	
<b>Resultado antes dos impostos</b>			<b>716.456</b>	<b>543.941</b>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	16	—	(5.220)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>			<b>716.456</b>	<b>538.721</b>
Quantidade de ações (mil)		69.246	69.246	
Lucro líquido por ação (em R\$ 1,00)		10,35	7,78	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>			<b>2025</b>	<b>2024</b>
Lucro líquido do exercício		716.456	538.721	
Outros resultados abrangentes		89	(157)	
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas		76	(169)	
Ajuste de avaliação patrimonial - controladas		13	12	
<b>Total dos resultados abrangentes para o exercício</b>		<b>716.545</b>	<b>538.564</b>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				
<b>Demonstração do fluxo de caixa</b>			<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício		716.456	538.721	
Depreciações		12	25	
Resultado de equivalência patrimonial		(741.840)	(533.156)	
Reversão de atualização de mutuo		—	(37.136)	
Atualização monetária ativo		(171)	(119)	
Resultado ajustado		<b>(25.543)</b>	<b>(31.665)</b>	
<b>Varição dos Ativos e Passivos</b>				
Impostos a compensar		(5.832)	(6.877)	
Outros créditos a receber		—	88	
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		256.497	179.061	
Juros s/o capital próprio - Crédito de IRRF		41.253	30.087	
Fornecedores		163	(25)	
Obrigações trabalhistas		—	(467)	
Impostos e contribuições		2.049	(4.107)	
Outras obrigações		3	(4.219)	
Dividendos e juros s/capital próprio pagos		(227.424)	(166.010)	
Juros s/o capital próprio - Débito de IRRF		(37.667)	(28.382)	
<b>Total</b>		<b>29.042</b>	<b>(851)</b>	
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>		<b>3.499</b>	<b>(32.516)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado		—	(9)	
Alienação do imobilizado		—	29	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos</b>		<b>—</b>	<b>20</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Aquisição de empréstimos		—	26.463	
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>		<b>—</b>	<b>26.463</b>	
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		3.499	(6.033)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10.284	16.317	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b>13.783</b>	<b>10.284</b>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				

Bens móveis de uso	Taxas anuais de depreciação (%)		Depreciação acumulada		Valor Líquido
	depreciação (%)	Custo	depreciação	Valor Líquido	
<b>Bens móveis de uso</b>		<b>437</b>	<b>(383)</b>	<b>54</b>	
Veículos	20	—	—	—	—
Máquinas e equipamentos	10	46	(39)	7	
Móveis e utensílios	10	149	(122)	27	
Computadores e periféricos	20	157	(147)	10	
Sistema de segurança	10	67	(64)	3	
Equipamentos de comunicação	10	18	(11)	7	
<b>Outras imobilizações</b>		<b>93</b>	<b>(92)</b>	<b>1</b>	
Benefitorias em imóveis de terceiros	10	93	(92)	1	
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>530</b>	<b>(475)</b>	<b>55</b>	
<b>10. Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar:</b> Está representado por Juros sobre o capital próprio líquidos de IRRF, nos valores de R\$ 213.451 (R\$ 160.829 em 2024) e dividendos de R\$ 213.000 (R\$ 9.662 em 2024).					
<b>11. Empréstimos - Contratos de mútuos:</b> Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos referem-se a empréstimos concedidos pelos sócios, com prazo indeterminado. Em abril de 2024, por meio de instrumento de perdão dos juros incidentes sobre um dos contratos de mútuo, a Companhia reconheceu a redução do saldo dos mútuos no montante de R\$ 37.136, com contrapartida no resultado do exercício.					
<b>12. Obrigações fiscais:</b> A Companhia é parte em ação que visa discutir a legalidade e constitucionalidade do Decreto nº 5.164/2004 que dispõe sobre a incidência de contribuições ao PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre capital próprio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a ação transitou em julgado com decisão desfavorável a Companhia e não cabendo mais recursos. Esta decisão foi reconhecida nos registros contábeis e fiscais da Companhia, desta forma, os saldos dos ativos e passivos correspondentes a esta ação foram baixados e seus efeitos fiscais igualmente reconhecidos. Outros efeitos complementares poderão surgir quando os créditos financeiros forem efetivamente convertidos em favor da união.					
<b>13. Contingências:</b> A Companhia discute questões de natureza tributária e que, na avaliação de seus consultores tributários, as possibilidades de perda nestas discussões são consideradas como possíveis e as causam montam em aproximadamente R\$ 7.952 (R\$ 8.032 em 2024).					
<b>14. Patrimônio líquido: (a) Capital social:</b> Em 31 de dezembro de 2025 o capital social é de R\$ 2.751.751 (R\$ 1.218.751 em 2024), totalmente subscrito e integralizado e está representado por 69.246.167 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 55.656.757 ações ordinárias e 13.589.410 ações preferenciais. Em AGE, de 18 de dezembro de 2025, foi deliberado o aumento de capital social, sem a emissão de novas ações no valor de R\$ 1.533.000 mediante a capitalização das reservas de lucros no valor de R\$ 1.442.049 e mediante a capitalização de lucros apurados durante o exercício social de 2025, no valor de R\$ 90.951.					
<b>(b) Ajuste de avaliação patrimonial: (i) Reservas reflexas de avaliação patrimonial:</b> A controlada registra os efeitos de variação cambial sobre investimentos no exterior e os efeitos dos ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários em contas específicas do patrimônio líquido, sendo incorporados aos resultados do período em que ocorrer a efetiva realização.					
<b>(c) Reservas de lucros: (i) Reserva legal:</b> A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. (ii) Reserva para manutenção de participações societárias: É constituída com o objetivo de preservar a integridade do capital social da Companhia, sua capacidade de investimento e a representatividade da participação da Companhia em suas controladas e coligadas, não podendo exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros.					
<b>(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar:</b> De acordo com o estatuto social, é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício. Os juros sobre o capital próprio (JCP) são calculados com base na variação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), sendo reconhecidos como despesa financeira e, para fins societários, imputados aos dividendos do exercício. No exercício, a Companhia deliberou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 251.119 (R\$ 189.210 em 2024). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2025, foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 213.000, com base nos lucros apurados no exercício de 2025, os quais deverão ser pagos, em moeda corrente nacional, até 31 de dezembro de 2028. Em Ata de reunião da Diretoria de 28 de novembro de 2025, foi aprovado a distribuição de dividendos adicionais relativos ao exercício de 2025 no valor de R\$ 56.933. O pagamento do valor acima indicado é deliberado neste momento pela Diretoria da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício de 2025.					
<b>15. Receitas financeiras:</b> Refere-se basicamente a atualização de depósitos judiciais, rendimentos de aplicações financeiras, atualização de créditos fiscais e baixa de atualização de contratos de mútuos com acionista, conforme termo de perdão de dívida de 30 de abril de 2024.					
<b>16. Imposto de renda e contribuição social:</b> Demonstração do cálculo do IRPJ e CSLL:					
		<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		716.456	543.941		
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social (25% e 9% respectivamente)		34%	34%		
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais		(243.595)	(184.940)		
Equivalência patrimonial		252.226	181.273		
Efeito sobre o JCP creditado por controlada		(93.507)	(68.197)		

★ continuação **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras da Pares Empreendimentos e Participações S.A.**

Aos Acionistas e Administradores da **Pares Empreendimentos e Participações S.A.**  
**São Paulo - SP Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Pares Empreendimentos e Participações S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pares Empreendimentos e Participações S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** As demonstrações financeiras consolidadas da **Pares Empreendimentos e Participações S.A.** estão em processo de preparação, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas neste momento. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem

como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2026

**fabbr**<sup>®</sup>

**& Cia S/S Auditores Independentes**  
CRC 2 SP 17245/O-0

**Marco Antonio de Carvalho Fabbr**  
Contador CRC 1 SP 148961/O-2



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>